

BRUXARIA: O PROTÓTIPO DA REBELDIA

João RIBEIRO JÚNIOR

Os dois séculos do Renascimento e da Reforma foram uma época turbulenta, controversa e imensamente criadora. Surgiu um novo internacionalismo entre sábios, artistas e artesãos, um internacionalismo que se tornou possível graças ao dinheiro novo e também aos "homens novos", pois o Renascimento resultou, em parte, do mecenato exercido por mecenas rivais - banqueiros, príncipes e, às vezes, papas. O artista estava disposto a seguir o caminho que o seu protetor lhe ordenasse. Efetivamente, a época foi notória pela facilidade com que sábios e artistas transpunham fronteiras. Mas nem todas as conseqüências foram favoráveis. Aqueles que criticavam os papas, a quem consideravam imperadores arrogantes e ambiciosos, acabaram também por se tornar déspotas de cidades, envolvidos em política e em guerras. A Reforma provocou guerras religiosas internacionais, que duraram mais de um século; e em França, nos Países Baixos, na Inglaterra e na Escócia desencadeou guerras civis de uma crueldade selvática, em que os monarcas católicos queimavam protestantes como hereges e os monarcas protestantes executavam os católicos como traidores. Paralelamente, assistiu-se ao descalabro econômico e social. Os mosteiros foram ocupados não por razões doutrinárias, mas por ganância, e as suas pedras serviram para construir as mansões da nova aristocracia comercial.

Tendo surgido como um apelo à fé e não à razão, a Reforma nunca perdeu essa característica. Foram de assinalar as perseguições às bruxas, a queima de livros, o fanatismo e o dogmatismo, além da perseguição, numa escala raramente igualada, de cientistas e livres-pensadores.

Quanto à bruxaria, é de se notar que nestes séculos de razão emancipada, que haveria de dispersar as trevas da ignorância, da superstição e da tirania, elege-se a razão como o único guia, porém o Diabo continuava

presente numa sociedade em que havia ainda forte crença tanto na Magia Negra como na associação com seres sobrenaturais malignos para benefício pessoal. O Diabo não morreu com a advento do racionalismo, pois a necessidade que se tinha dele não era racional, donde o renascimento do maniqueísmo, da luta do bem contra o mal, A Reforma estava tão obcecada pelo Diabo quanto certas pessoas da própria Igreja (São Tomás D'Aquino em sua **Summa Theologiae** admitiu a possibilidade de relações sexuais entre seres humanos e os seres diabólicos, incubos e súcubos). Lutero e Calvino acreditavam na realidade concreta do Diabo, e a pregação fanática de seus discípulos agravou a credulidade natural dos povos que aceitaram o Novo Evangelho.

Em todos os países, o pesadelo criado pela Igreja continuou durante muito tempo, principalmente na Alemanha, onde os horrores da perseguição foram piores, graças a uma espécie de "manual de caça às bruxas", o **Malleus Maleficarum** (O Martelo das Bruxas), escrito em 1486, por Jacob Sprenger e Heinrich Krames, monges dominicanos, por determinação do papa Inocêncio VIII (1484-1492), que a 5 de dezembro de 1484 declarou guerra ao Satanismo pela publicação de uma bula intitulada **Summus Desiderantis Affectibus**. Esta Bula, confirmando solenemente as funções da Inquisição para o extermínio das bruxas, foi referendada pelo imperador Maximiliano I, da Alemanha, arquiduque da Áustria e Rei dos romanos, assegurando, assim, à Inquisição o braço secular.

Em vão uma ou outra voz se levantou contra esta insanias criada pela Igreja. Cornélio Agrippa (1486-1535), nascido em Colonia (Alemanha), médico, advogado, teólogo, alquimista, autor de um livro sobre magia e ocultismo, intitulado **De Occulta Philosophia** (1510), contestou a realidade da bruxaria e recriminou o regime de repressão vigente contra as bruxas, em outro livro o **De Incertitudine et Vanitate Scientiarum et Artium artque Excellentis Verbi Dei Declamatio** (1527). O resultado foi seu confinamento em Grenoble (França), onde faleceu. Seu discípulo, o médico Jean Wier (1515-1588), em seu **De Praestigiis Daemonum et Incantationibus** (1583) denunciou a perseguição movida pela Inquisição às bruxas, dizendo que elas não eram vítimas dos estratagemas do Diabo, e sim irresponsáveis, exigindo cuidados médicos e não punições; e o que conseguiu foi ser acusado de feiticeiro, blasfemador e impostor, sendo suas concepções criticadas e refutadas pelo historiador e jurista francês Jean Bodin (1530-1596), na obra **De la Démonomanie des Sorciers** (1580, com nova edição em 1604). Em 1616, ele publica **Le Fléau des**

Demons et Sorciers. O curioso é que outras obras de Jean Bodin marcam um grande avanço nas teorias políticas. Em **Six Livres de la Republique** (1576), que mais tarde traduziu para o latim, Bodin condena a escravidão, defende a tolerância religiosa e faz a apologia do absolutismo. Mas, ao examinar as causas e as origens do fenômeno revolucionário, Bodin cai numa estranha combinação de superstições, previsões astrológicas e observações sobre a evolução política.

Na Inglaterra, Reginald Scot publica **The Discoverie of Witchcraft** (1548), onde descreve as bruxas como pobres velhas que não podiam prejudicar ninguém, mesmo que o Diabo operasse por meio delas, e critica a tortura e a matança indiscriminada dessas pessoas. Mas o livro não produziu efeito algum. Tanto que em 1563, Elisabeth I (1533-1603) introduziu a **Lei da Feitiçaria**, prescrevendo a morte por enforcamento a quem a praticasse. Seu sucessor Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra (1567-1625) fez um estudo da adoração do Diabo, em seu livro **Demonologie** (1597), atribuindo às bruxas o poder de enfeitiçar pessoas e provocar tempestades; e advogou a pena de morte para todos os feitiçeiros e bruxas, revogando a lei de Elizabeth para sancionar outra mais severa, que foi introduzida no Código Civil (1604). Só em 1951 é que esta lei foi revogada!

E a máquina repressiva, uma vez posta em movimento, já não se detém. A perseguição alimenta-se por si mesma, como propaganda da arte proibida. Em vez de acabar com o mal, que devia combater, contribuiu muito mais para a sua difusão. As confissões arrancadas das bruxas e dos feitiçeiros, cruelmente torturados, estavam inspiradas com demasiada frequência pelos mesmos acusadores, que acreditavam encontrar a confirmação de seu pensamento no que não era mais que seu reflexo. Como observa Jean Delumeau (**El Catolicismo de Lutero a Voltaire**. Barcelona: Labor, 1973, pp. 207-208): "os porta-vozes de Deus se esforçam em constringir aos fiéis a uma conversão mental e em conduzir sua atenção á idéia de que a causa do mal físico era o mal moral. Esta terapêutica de choque tinha uma variação: o medo dos fenômenos, ante os quais o homem era impotente, era substituído pelo medo do diabo, contra o qual é possível qualquer ação, graças a prece e a uma boa conduta; mas o remédio ultrapassava, sem dúvida, o objetivo (inconscientemente) visado. Já que a vida cotidiana era um conjunto de desgraças e ameaças, se deduzia que Satanás e seus incontáveis agentes atuavam continuamente".

A bruxaria tornou-se, então, o protótipo da rebeldia contra os obstáculos excessivos das consciências e das leis. Tornou se imperativo, pois,

debelar essa "insurreição" contra a fé e a moral tradicional. E assim, bruxas e feiticeiros foram, juntamente com judeus, mouros, cristãos-novos, hereges, loucos e vagabundos, os "bodes expiatórios" sobre os quais o Ocidente cristão descarregou a responsabilidade de seus pecados.

Mas, a semente da rebeldia fora lançada em terreno fértil.

Na França, o último ruidoso processo por bruxaria foi contra o jesuíta J. B. Girard, em 1711. Na Inglaterra, a última condenação data de 1722. Na Alemanha, o último processo teve lugar em 1728. Na Espanha, em 1781, foi queimada uma mulher, acusada de bruxaria, e no ano seguinte, uma jovem foi decapitada, por prática da feitiçaria.